

FUNDAÇÃO CULTURAL CASSIANO RICARDO
CNPJ/45.395.704/0001-49

Ata nº. 005– Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo – 05 de junho de 2013.

Aos cinco dias do mês de junho de dois mil e treze, em segunda chamada, reuniu-se o Conselho Deliberativo da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, regularmente convocado, no Auditório Elmano Ferreira Veloso, localizado em sua sede, à Avenida Olivo Gomes, nº. 100, Santana, São José dos Campos (SP) para deliberar conforme a pauta: 1) Aprovação da Ata nº 002. 2) Informes COMPHAC. 3) Assuntos LIF. 4) Conferência Municipal de Cultura. 5) Atividades Culturais. 6) Reintegração de Empregados. 7) Assuntos Gerais. O Presidente agradeceu a presença de todos, indagando sobre o recebimento de pauta e informando que faria duas inversões de pauta, sendo uma delas a reintegração de funcionários que seria falado pelo Dr. Bruno – Assessor Jurídico da FCCR, seguida do item das atividades culturais que seria explanado pela Sra. Sandra Sampaio, Diretora Cultural. Prosseguindo, passou a palavra ao Dr. Bruno que se apresentou ao Conselho e os informou sobre a reintegração de três ex-funcionários, ocorrida em 02/05/2013, dizendo que eles foram demitidos em 2011, após conseguirem a aposentadoria pelo regime geral da previdência, com a justificativa, apresentada na época, pela direção da FCCR, de renovação do quadro de funcionários. A Assessoria Jurídica, na época, informou que havia feito pesquisa e disse ter certeza de que os funcionários poderiam ser dispensados, mesmo porque os mesmos não teriam mais direito à estabilidade. Os funcionários entraram com uma reclamação trabalhista contra a Fundação Cultural e a decisão de primeiro grau foi favorável a eles, julgando procedente o pedido, ocasião em que a FCCR recorreu e, em fevereiro deste ano, o Tribunal confirmou a decisão, e em conversa com a Direção houve-se por bem, mesmo podendo recorrer, não recorrer mais, porque seria um processo apenas protelatório da reintegração e além disso com mais despesas para a Fundação Cultural, valendo registrar que a decisão de primeiro grau declarou nula a dispensa dos mesmos, determinando a reintegração e o pagamento dos salários da data de demissão até a data da reintegração. O Assessor Jurídico complementou dizendo que eles eram funcionários concursados e por isso tem estabilidade até os setenta anos de idade, quando o funcionário tem a compulsória. O caráter jurídico da FCCR é outro assunto a ser tratado, pois foi criada como de direito público privado, porém, na verdade, é cem por cento de caráter público e também no entendimento da justiça é que a Fundação é de direito público e essa situação de público privado tem gerado muitos transtornos. O Presidente ressaltou que os funcionários foram demitidos de forma equivocada, por esse motivo entraram com o recurso e o que se leva em conta, além disso, é o dinheiro público, ressaltou ainda que com a demissão, cada um deles teve a sua vida arruinada, ocasião em que o Assessor Jurídico fez lembrar que não foi a primeira vez que houve demissão de funcionários concursados e todos eles retornaram ao trabalho, na gestão anterior. O Presidente ressaltou que não houve renovação do quadro de funcionários. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra à Diretora Cultural, Sandra Sampaio, para falar das atividades culturais, ocasião em que se referiu a dois importantes eventos do mês de maio que foram Virada Cultural Paulista, evento do Governo do Estado de São Paulo, em parceria com a Prefeitura Municipal e a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, com palco externo no Parque da Cidade, programação no Cine Santana, Espaço Mario Covas, lembrando que o SESC também participou dessa parceria, ressaltou que foi registrado um público total aproximado de vinte e sete mil pessoas, incluindo o SESC. Prosseguindo, falou da 24ª edição do Festidança que ocorreu com 10 dias de intensa programação de dança, dizendo ser este um evento já tradicional da FCCR que contou com aproximadamente 300 grupos de dança, de diversas categorias, se apresentando em São José dos Campos, no Teatro Municipal e em espaços alternativos, como a Praça João Mendes (Praça do Sapo), Parque da Cidade, Espaço Flávio Craveiro, Pavilhão da antiga Secretaria da Juventude, entre outros, contabilizando um total de 7.000 pessoas e esses dois eventos movimentaram muito a estrutura da FCCR, dada a pequena estrutura que temos, pois no Festidança tivemos que contar com 40 funcionários trabalhando para que os

eventos acontecessem e no fim de semana, quando também acontecia a Virada Cultural esse número aumentou e acabou-se por necessitar de envolvimento de outros setores também. Prosseguindo, disse que o próximo evento era o Festival da Mantiqueira, também do Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura Municipal, Turismo e a Fundação Cultural Cassiano Ricardo, nos dias 14,15 e 16 de junho, em São Francisco Xavier, onde além da programação vinda do Governo do Estado, a FCCR dá oportunidade de divulgação, comercialização e lançamento de livros, além de palestras proferidas pelos escritores joseenses, dentro da estrutura do Estado, porém em tenda, denominada Espaço Cassiano Ricardo, que é montada pela FCCR, seguida de explicação e informação da programação que inclui atividades musicais, entre outros. Com a palavra, o Presidente informou que a FCCR, a UNIVAP e a Câmara Municipal assinaram convênio chamado Pró-Memória, que é um convênio que já existia há mais de dez anos e foi refeita a assinatura, sendo este um trabalho que envolve o Arquivo Público do Município, ressaltando ser este um trabalho de registro acadêmico da UNIVAP com toda infraestrutura que a Câmara oferece. Disse ainda que a idéia, inclusive, é nas publicações futuras que são derivadas do Pró-Memória para que se possa auxiliar com sugestões de temas, ocasião em que disse que no mesmo dia houve a 6ª publicação que derivou de Convênio do Pró-Memória entre a UNIVAP e a Petrobras, dizendo ainda que no segundo semestre deverá ser lançada a 7ª edição dessa publicação. Prosseguindo, informou que a Secretaria de Patrimônio da União repassou, provisoriamente, a seção de três estações de trem, quais sejam: Estação Martins Guimarães, Estação Eugênio de Melo e Estação do Limoeiro, o que dá a chance de formatar algum projeto para os Espaços e o que se pretende é talvez, ainda este ano, trabalhar no restauro das três estações, pois o que precisava era esse primeiro passo. Outro informe do Presidente, foi que a Fundação Cultural protocolou dois projetos para o ano de 2014, que são o Festivale e o Festidança, no edital da Caixa Econômica Federal, dizendo que o resultado deverá sair em outubro, o que ajudará muito com os gastos dos dois grandes eventos. Informou também que já estava em conversação com a Secretaria de Educação para a realização, em parceria, da Bienal e da Semana Cassiano Ricardo, dizendo ser um grande evento literário, ressaltou dizendo que ele (Presidente) e o Sr. Célio, Secretário de Educação, optaram por juntar e otimizar os dois eventos, ainda neste ano, que seria formatada a programação e seria formada comissão para trabalhar com esse projeto. De posse da palavra, a Sra. Jacqueline disse que as relações com a Secretaria de Transporte têm sido ampliadas com a idéia dos pontos poéticos, que são os pontos de espera dos ônibus onde serão colocadas poesias, disse ser um projeto bacana, informou que nas Casas de Cultura já se atende oito mil pessoas, devido ao aumento de número de vagas em torno de duas mil para oficinas de teatro e dança. Disse que foi importante o primeiro Seminário de aprimoramento cultural que foi feito com o pessoal da Prefeitura e que está se desdobrando para o SEBRAE, que foi, justamente, para orientar os artistas de como gerir sua empresa individual, dizendo ser uma cobrança da Fundação Cultural, que cada um possa ser contratado pela sua empresa. Prosseguindo, o Presidente colocou a Ata nº 002 para aprovação, tendo sido aprovada, seguida de informes sobre o COMPHAC, dizendo que fazia questão de colocar o Conselho Deliberativo a par dos assuntos tratados no Comphac para que não ficasse destoante os assuntos que dizem respeito à Fundação Cultural, registrando que o órgão analisa as modificações de Bens preservados, explicando que todo Bem que é preservado, se necessitar de modificação, deverá ter a aprovação do Comphac e que na penúltima reunião foi apresentada uma sugestão de alteração da Usina de Leite que fica no Parque da Cidade, ressaltando que a arquitetura apresentou as propostas, os Conselheiros ouviram atentamente e sugeriram, primeiramente, fazer uma visita ao local e assim explicar o que estava sendo falado naquele momento. Prosseguindo, informou que a visita foi feita com a Diretora do Patrimônio Histórico, Arquiteta Sra. Rosana Tavares, também esteve presente o Arquiteto Robson e a Arquiteta mostraria o que seria feito no local, para possível aprovação, ocasião em que quando chegaram ao local, flagraram pedreiros demolindo algumas paredes, ressaltou dizendo ser uma coisa absurda, pois ele (Presidente) estava em S. Paulo, nesse dia, quando a Diretora ligou dizendo o que estava acontecendo “o pessoal está marretando” disse que achou que fosse uma metáfora, os

Conselheiros falando mal da proposta de reforma, mas os pedreiros estavam marretando o Patrimônio literalmente e diante disso foram envolvidos a Polícia Ambiental, Vereadores e acabou por ser aberto um Boletim de Ocorrência a respeito da situação. Disse esperar que se encaminhe para o inquérito e provavelmente para a Promotoria para que o proprietário assuma a responsabilidade pelo fato. Disse ter informado o ocorrido aos Conselheiros do órgão e também a respeito da conduta da arquiteta, porque ela foi conivente com esse tipo de ação, e ainda no local da visita teve conduta de prepotência, desrespeitando os funcionários, dizendo que ninguém poderia questioná-la e que o fato não alteraria em nada. Continuando, o Presidente disse que foi decidido enquanto Comphac, e da mesma forma que foi feito para o Complexo da Tecelagem Paraíba, comunicar à Casa Civil a respeito da situação, porque a área é do Governo do Estado. Disse que o pessoal da Diretoria de Patrimônio iria, no dia seguinte, ao CONDEPHAAT entender sobre o processo de tombamento da Tecelagem e do Complexo. O Conselheiro Costanzo registrou que embora discutido em Conselho, parece que havia vistas grossas do Estado, no sentido de que seria algo de responsabilidade da Fundação, ocasião em que o Presidente disse ter localizado a documentação e a responsabilidade é do Governo Estadual, acredita-se que talvez demande diálogos entre as partes. O Conselheiro Penedo disse não ter acompanhado muito o assunto da Usina, mas registrou que parece que o proprietário estava tentando reverter o processo de tombamento, porém não sabia se havia nível judicial ou algo desse tipo e como seria feita visita, sugeriu questionar sobre a destruição do hangar, que também é um patrimônio e que, na época, foi feito um Boletim de Ocorrência, pois foi destruído criminalmente, exatamente em função do questionamento do tombamento. O Conselheiro Wilson indagou se havia interesse municipal em realmente utilizar a área como patrimônio e, se for o caso, por que não se propõe a desapropriação?, ocasião em que o Conselheiro Penedo disse que já estava propondo tal fato há quatro anos e que havia comentado com o Prefeito atual e que dependeria do Comphac atual e a Fundação Cultural para reafirmar esse interesse. O Conselheiro Rolando disse que na época também era do Comphac e tinha ido à Delegacia de Polícia para fazer o Boletim de Ocorrência e não saberia dizer como está, disse também que foi criminoso, dizendo que foi feito um trabalho forçado para derrubar o hangar. O Presidente, em resposta ao Cons. Gabriel, informou que o processo de tombamento seria visto, no caso, os dois processos das obras do Rino Levi e do processo da área como um todo, complementando que ouvia comentário do tipo “olha o proprietário conseguiu tirar”, e pensava, mas tirar de onde? Porque efetivamente não há tombamento, porque se o proprietário retirou, ele retirou do processo de tombamento. Em resposta ao Cons. Wilson, disse que a idéia de se municipalizar ou não, que o Prefeito Carlinhos está tentando conversar com a Casa Civil e não há retorno a respeito do assunto, disse que provavelmente as ações deverão ser prorrogadas. Disse que a desapropriação da Usina pode ser uma sugestão. O Cons. Rolando registrou que o CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo já está instalado, em definitivo, no Vale do Anhangabaú e que tem participado de todas as plenárias, disse que não é Conselheiro lá, mas é convidado para acompanhar o que acontece junto àquele Conselho de Arquitetura. Disse que é um Conselho novo e como se fala em fazer denúncia de ética, o que é certo e acha que tem que ser feito, o próprio Conselheiro se propôs a ser um intermediário, no que precisar, entre a FCCR e o CAU, e que para isso é só entrar em contato com ele na Associação dos Engenheiros e Arquitetos, que a Associação poderá encaminhar ofícios e e/ou entregar em mãos para o CAU, ocasião em que o Presidente disse estar acatada a sugestão. Em relação ao assunto, o Cons. Moacyr registrou parecer no sentido de se criar uma câmara setorial para ganhar força, aliando interesses locais e regionais. De posse da palavra o Diretor Administrativo, Sr. Vicente Cioffi, fez um esclarecimento em relação ao hangar que foi demolido, dizendo que o inquérito militar ambiental e já há um ano, em contato com a Dra. Larissa, esta expôs que aquela demolição indevida e irregular, foi aberto inquérito no Ministério Público e esse inquérito culminou em uma ação de crime ambiental, tendo o Ministério Público impetrado contra o proprietário responsável pela demolição e que este relutou tanto para o término do inquérito. O Presidente informou que a Secretaria de Educação pediu para

aterrar o espelho d'água do CEFE – Centro de Formação do Educador, ressaltando que o Conselho pediu a presença dos profissionais daquela Secretaria para esclarecer o caso e, estes deram a entender que não eram favoráveis ao aterramento, tendo em vista que deveria funcionar como espelho d'água, ocasião em que o Presidente disse achar que foram custeados o motor, o filtro, etc., e que seria apenas informe, pois o assunto entraria em pauta da próxima reunião do Comphac. O Cons. Gabriel disse achar interessante tomar conhecimento dessa ação, fazer um levantamento no Fórum para saber a quantas andam. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra ao Sr. Antonio Carlos – SEC-LIF para explanar sobre os projetos, ocasião em que este disse que havia dois projetos a serem colocados para o Conselho e que os mesmos já tinham seguido, via e-mail, dizendo que um deles era o projeto “Construção Aeronáutica”, que foi aprovado em 2011 e conseguido captação de verba no começo deste ano, disse que o empreendedor entendeu que o trabalho poderia ser realizado mais rápido e, por isso, solicitou readequar o projeto de 09 meses para 06 meses, ocasião em que o Sr. Antonio disse ser isso uma prática comum nos editais e no regimento da fundação da LIF. Explicou que, no entanto, devido ao agrupamento das parcelas, houve um aumento considerável em alguns meses, mas não implica em alteração de valor e tem o parecer favorável da Comissão LIF. O Cons. Costanzo ressaltou ser projeto aprovado na gestão anterior e que foi conversado na Comissão que entendeu que não adentraria ao impedimento, tendo em vista que ele consta como Diretor da Associação Brasileira de Cultura Aeroespacial. O Cons. Wilson registrou que recebeu a informação e que percebeu um custo elevado para a produção de cada livro, pois o valor proposto resultaria em um custo aproximado de R\$200,00 cada exemplar. Ressaltando que o momento para o julgamento já havia passado. O Conselheiro chamou a atenção para o fato de que publicações como esta, confeccionadas em papéis de alta gramatura, tipo couché, atendem a um público muito específico e cujo perfil não combina com o público alvo de políticas municipais de cultura. Em geral, segundo o Conselheiro, tais publicações atendem a meia dúzia de diretores que a utilizam sob sua conveniência. Assim, tais demandas deveriam ser melhor avaliadas pela Fundação em ocasiões posteriores. Prosseguindo e colocado para aprovação, o projeto foi aprovado pelo Conselho Deliberativo. Continuando, o Sr. Antonio explanou sobre o segundo projeto chamado “Procurando Alice – memória joseense”, dizendo ser na verdade um livro escrito a partir de cartas encontradas entre 1915 e 1916, sobre uma família do Rio Grande do Sul que veio viver em São José dos Campos, devido a um de seus parentes ter contraído tuberculose, ressaltou que as cartas são verdadeiras. O empreendedor solicitou a mudança de pessoa física para pessoa jurídica, ocasião em que o Cons. Costanzo disse que tinha sido estudado e havia parecer favorável da Comissão, ocasião em que colocado para aprovação, o Conselho Deliberativo aprovou a alteração do projeto. Prosseguindo, o Sr. Antonio falou do lançamento do livro “O Plano do Muriqui Oswaldo”, que foi feito trabalho conjunto com SEC-LIF, Diretoria Executiva e Secretaria de Meio Ambiente, no sentido de possibilitar que o livro tenha acessibilidade de um maior número possível de pessoas e nesse sentido, ele foi incluído na Semana de Meio Ambiente, enquanto bate papo com autor, sendo o Muriqui Oswaldo um personagem que é representado pelo macaco Muriqui, que fala sobre o cuidado com o lixo, tanto nas áreas urbanas como rurais. Com a palavra, o Presidente falou sobre a Conferência Municipal de Cultura, dizendo que é regida por um regimento da Conferência Nacional de Cultura e a partir daí que seguem as regras para a Conferência Municipal, dizendo que já foi dado o primeiro passo com o envio de convocatória para os Conselheiros e sociedade civil para formação da Comissão Organizadora, ocasião que disse que no dia anterior, já havia formada a Comissão Organizadora, dizendo que para a Sociedade Civil houve um processo de seleção e assim sendo, fez a leitura dos nomes dos titulares da FCCR: Alcemir Palma, Jacqueline Baumgratz e Vicente de Moraes Cioffi. Suplentes: Maurici Damasceno, Arnaldo Akira e Sandra Sampaio. Pela Sociedade Civil, titulares: Meire Pedroso, Luciana Guedes e Salatiel Alves. Suplentes: Osmar Ferreira, Cesar Pope e Analu Gomes. O Presidente disse que instalada a Comissão já foram deliberadas questões como a data da Conferência, nos dias 13 e 14 de julho, dizendo que o tema básico trata do Sistema Nacional de Cultura, tema este sugerido pelo Sistema Nacional de Cultura, a

data de inscrição que vai de 10 de junho a 05 de julho para todos que quiserem participar do evento, dizendo que foi lido o Regimento, tomado por base o da última Conferência que foi realizada em 2009 e sugeridas algumas pequenas alterações, ocasião em que disse que foi aprovado, bastando apenas fazer as portarias e colocá-las no site da FCCR. Informou que a próxima reunião da Comissão seria dia 10/06, na FCCR, dizendo que era uma reunião aberta e que seriam decididos, entre outras coisas, o local da realização do evento, ressaltando que seria focada, na Conferência, a instalação do Fundo Municipal de Cultura. O Cons. Gabriel quis saber se foi colocado na pauta a discussão dos eixos do Conselho Municipal de Cultura, o Plano Diretor Municipal de Cultura que faz jus como o Fundo M. de Cultura. Respondendo, o Presidente disse que os eixos de discussão já eram estabelecidos no Regimento Nacional e eles seriam referência quando as pessoas fizessem a inscrição para discussão na Conferência. O Presidente fez leitura dos eixos, dizendo que o tema principal era: “Uma política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura” e a partir deste, existem os quatro eixos que são: 1) Implementação do Sistema Nacional de Cultura, esclarecendo que serão tratadas questões municipais, estaduais e nacionais, tratando-se dos três níveis. 2) “Produção Simbólica e Diversidade Cultural”. 3) “Cidadania e Direitos Culturais”. 4) “Cultura e Desenvolvimento”. Ressaltando que no Regimento haverá descrição de cada eixo e o que abordará. Prosseguindo, O Presidente foi lembrado pelo Sr. Vicente sobre a pauta Cine Teatro Benedito Alves, e então o Presidente disse que na Mostra Joseense de Teatro, (ele não pode estar presente, mesmo dia de reunião de Conselho) foi apresentado o projeto arquitetônico que já tinha sido encomendado pela própria Fundação, na gestão anterior, dizendo que o pessoal analisou a proposta e que houve divergência em alguns pontos. Disse que pode entender a partir da explicação das Arquitetas Sonia e Rosana, porque há o Cine Teatro e há o anexo do Cine Teatro, espaço que a Liga de Escolas de Samba utilizou por uns tempos. Disse que apresentaria em pauta na próxima reunião para conhecer, mesmo porque nunca passou pelo Conselho antes. Disse que abrindo gavetas havia projeto de duas Estações de Trem, a do Limoeiro e Martins Guimarães que são projetos arquitetônicos também. Disse também haver projeto executivo da Casa Olivo Gomes, dizendo não ter entendido ainda a planta, ocasião em que o Cons. Penedo disse ser um projeto da Petrobras, mas que não foi encaminhado e indagou se agora seria tirado da gaveta, tendo o Presidente dito que era o que estava fazendo e que faria, tirando da gaveta para ser analisado. O Conselheiro Gabriel disse que não estava presente na reunião anterior do Conselho Deliberativo porque estava na reunião da Mostra Joseense de Teatro para a discussão do projeto básico. Disse que tinha pouca gente e que com exceção de uma pessoa, as demais se posicionaram contra um detalhe do projeto, que na realidade, transforma o projeto para fazer um laboratório de teatro na parte de cima e pela sugestão da Arquitecta Sonia, isso alteraria a condição original do Cine Teatro, porque, inclusive, afasta a sala de projeção e inviabiliza, tecnicamente, para o funcionamento como cine. O Cons. Moacyr registrou que há duas reuniões foi aprovada uma proposta, que o Cons. Oswaldo defendia, de montar uma comissão para conversar com o Prefeito Carlinhos numa perspectiva simbólica e importante para esta administração que era a questão do restauro e reocupação do Cine Teatro Benedito Alves. O Presidente disse que estava tentando pautar uma reunião com o Prefeito para tratar do assunto. O Cons. Wilson disse que o Cons. Gabriel levantou um ponto que exigia um pouco mais do que simplesmente trazer o projeto para discussão no conselho, um determinado eixo dentro do projeto que torna inviável o uso como cine, ressaltando que precisa de um argumento técnico de alguém que pudesse balizar isso, antes que fosse julgado, analisado, ou algo parecido. O Cons. Gabriel disse que existe uma contrapartida também, uma demanda judicializada que é a questão de estar tramitando um inquérito civil a respeito do assunto. Disse que o engavetamento foi proposital, porque se pretendia terceirizar, repassar para a iniciativa privada. O Cons. Penedo sugeriu um concurso de idéias para o referido projeto. O Cons. Wilson sugeriu um convite ao Arquitecto para que ele apresentasse o projeto, na reunião para conhecer, discutir e depois deliberar se é bom ou não. O Cons. Salatiel disse que toda a questão que observa de comissão, seria para entrar em consonância com o Conselho para que tivesse a idéia do restauro do Cine Teatro, pois

achava viável que o COMPHAC avaliasse, analisasse e não o Conselho Deliberativo começar a adaptar coisas no projeto estrutural. Disse que, naturalmente, o Conselho dará apoio, pois é uma questão política, pois a sociedade tem a pretensão de que é necessário o restauro, em função do patrimônio histórico como um todo. O Presidente disse que estava propondo é que se conhecesse o que estava engavetado e que tirasse uma comissão e marcasse uma reunião com o Prefeito, ocasião em que os Cons. Gabriel, Rolando, Moacyr, Constanzo e Oswaldo, este último indicado pelo Cons. Moacyr, se propuseram ao pleito. Com a palavra, o Cons. Oswaldo propôs mais um microfone para a reunião e registrou que ficaria muito desconfortável em chegar diante do Prefeito e este perguntar “qual a proposta de vocês”, disse desconhecer que ao lado do Teatro funcionava uma igreja. Disse conhecer muito pouco do projeto a ponto de sugerir alguma coisa para o poder público. Sugeriu primeiro conhecer o projeto e se informar melhor para compor uma comissão e pensar em sugestões, ressaltando que isso seria o básico, agradeceu a indicação do Cons. Moacyr. O Cons. Costanzo registrou que dando continuidade ao mutirão de city tour aos espaços públicos, sugeriu convidar o Prefeito para participar, disse que este já estaria, em tese, compartilhando da discussão. O Cons. Wilson solicitou alguma informação sobre o Teatro Novo, porém concluiu que o que está na justiça é genérico. O Presidente informou que o processo foi parar na justiça, justamente por conta da inversão, ressaltando que ninguém foi responsabilizado pelo ato. Disse que para contratar um perito, foi feita pesquisa, e custaria na faixa de R\$35.000,00 e continua o impasse se contrata perito ou se não contrata para fazer a perícia. Ressaltou que sentou com a Secretária de Obras para olhar o que poderia ser reaproveitado do que foi feito, porém ainda não há retorno. Registrou que toda a contratação e tudo o que foi feito não passou pela Fundação Cultural, inclusive a proposta. Disse que o Teatro pode ser feito em outro local, mas no projetado não é possível enquanto não tiver definição judicial. O Presidente disse que as Atas, após aprovadas pelo Conselho ficam disponibilizadas no site da FCCR.. Passou informe do Teatro Sertania Nordestina, para 27 de junho, no ITA, com ingresso solidário de pó de café ou óleo. Informou também que no dia seguinte haveria apresentação da Orquestra de Viola Caipira, no Teatro Municipal, pois que completaria o sexto ano. Informou da realização do Sarau, no sábado, no Parque Vicentina Aranha que apresenta textos de Guimarães Rosa. O Conselheiro Marcos Henrique registrou junto ao Conselho o chamamento para reunião das Comissões e que apenas dois Conselheiros de cada Comissão compareceram. Pediu empenho dos demais. O Conselheiro Gabriel sugeriu que as próximas reuniões fossem feitas no Espaço Mário Covas, por ser um local mais centralizado. Nada mais a tratar, eu, Júlia de Castro Silva Ivo, lavrei a presente.

Alcemir Palma
Diretor Presidente

Júlia de Castro Silva Ivo
Secretária